

UMA DISCUSSÃO SOBRE O INDIVIDUALISMO EM ECONOMIA*

Eduardo Angeli

Professor da Universidade Federal do Pampa e Doutorando em Economia na Unicamp

eduardoangeli@unipampa.edu.br

Resumo: O artigo procura entender o papel do individualismo no pensamento econômico e apresentar ao menos uma interpretação distinta da *mainstream economics*, mas que busca resgatar o pensamento de alguns dos clássicos da disciplina. Para isso, estuda brevemente a origem do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na Economia, bem como a construção teórica chamada de homem econômico. Procura também esclarecer a distinção entre individualismo metodológico e individualismo ontológico, explicitando que a aceitação de um não implica necessariamente a aceitação do outro. Por fim, busca compreender como um dos principais pensadores liberais do século XX, o prêmio Nobel J. M. Buchanan, entende por individualismo, em especial no que se refere a seu papel na Economia.

Palavras-chave: Individualismo, *Homo Economicus*, J. M. Buchanan.

Abstract: This paper aims to present the role that individualism has in the economic thought and to introduce at least one interpretation that is different from the one held by mainstream economics, but that intends to rescue the position held by some of the classic authors of our field. In order to achieve such a goal, it will analyze the rising of the individualism in the Western thought and in the economic thought. It also intends to clarify the distinction between methodological and ontological individualism. Afterwards, it will present the interpretation of an important liberal thinkers of 20th century, Nobel prize winner J. M. Buchanan, who have interesting and important explanations for the role of individualism in Economics.

Keywords: Individualism, *Homo Economicus*, J. M. Buchanan.

1) Introdução

É comum se ouvir entre os economistas a necessidade de as explicações serem fundadas a partir da lógica do comportamento individual. Tal preocupação foi peça-chave na emergência da escola novo-clássica em meados da década de 1970, e, a seguir, da escola novo-keynesiana. Seu surgimento pode ser atribuído à crescente insatisfação dos economistas neoclássicos com o modo de se fazer ciência econômica herdada do keynesianismo da síntese neoclássica (que Joan

* Artigo submetido ao IX Congresso Brasileiro de História Econômica (Curitiba, 2011). Área temática: História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia.

Robinson chamou de “keynesianismo bastardo”¹, preocupado este que era muito mais com a flutuação e determinação dos agregados macroeconômicos e suas relações estruturais.

A partir da década de 1970 se tornou patente a incapacidade da teoria então dominante, assentada sobre modelos do tipo IS-LM, de explicar fenômenos como a estagflação. Nesse momento cresce a insatisfação dos economistas com os resultados daquele arcabouço teórico, o que trouxe à tona o debate sobre o método então adotado (cf. MONTEIRO, 2003)². Nesse contexto, assistiu-se à emergência das tradições novo-clássica e novo-keynesiana, ambas claramente formadoras do *mainstream* contemporâneo, e a proposta da retomada dos “fundamentos microeconômicos” na explicação macroeconômica passou a ganhar força: “[t]he observation that macroeconomics is in need of a microeconomic foundation has become commonplace” (LUCAS, 1977, p. 216).

Desta forma, Lucas (1987), animado pela crescente valorização dos “microfundamentos” para o estudo da variação dos agregados econômicos, prevê, em palestra de 1985, a extinção da divisão entre macro e microeconomia (ou o colapsamento da primeira na segunda) para a retomada da agenda pré-keynesiana de estudo dos ciclos econômicos como resultado da ação de inúmeros indivíduos racionais; reinaria não a macroeconomia, considerada por ele uma saída fácil e tentadora de questões espinhosas ao economista, mas sim a *hard science* “teoria econômica”³. Minford (1997) parece ir além, ao advogar que a macroeconomia contemporânea é

¹ Lucas (1977) procura argumentar que o, a seu juízo, descaminho tomado pelo estudo do ciclo econômico e a criação da macroeconomia não deve ser atribuído tanto a Keynes, mas sim a autores como Tinbergen, que procuraram trabalhar com níveis cada vez maiores de agregação.

² Segundo Monteiro (2003), outros fatores a provocar a intensificação do debate sobre questões de método entre os economistas foram o surgimento de importantes controvérsias na própria filosofia da ciência, a partir de trabalhos como os de Kuhn e Lakatos, e o movimento de expansão do tipo de explicação econômica (baseada sobretudo na lógica de escolha racional individual) a outros campos do conhecimento, através, por exemplo, dos trabalhos de Gary Becker.

³ Vale a pena ler o chamado de Lucas para a continuidade da retomada da “sanidade” pelos economistas: “[t]he most interesting recent developments in macroeconomic theory seem to me describable as the reincorporation of aggregative problems such as inflation and the business cycle within the general framework of 'microeconomic' theory. If these developments succeed, the term 'macroeconomic' will simply disappear from use and the modifier micro will become superfluous. We will simply speak, as did Smith, Ricardo, Marshall and Walras, of *economic* theory. If we are honest, we will have to face the fact that at any given time there will be phenomena that are well-understood from the point of view of the economic theory we have, and other phenomena that are not. We will be tempted, I am sure, to relieve the discomfort induced by discrepancies between theory and facts by saying that the ill-understood facts are the province of some other, different kind of economic theory. Keynesian 'macroeconomics' was, I think, a surrender (under great duress) to this temptation. It led to the abandonment, for a class of problems of great importance, of the use of the only 'engine for the discovery of truth' that we have in economics. Now we are once again putting this engine of Marshall's work to work on the problems of aggregate dynamics. There is much to

uma recuperação (melhorada, já que com melhores instrumentos analíticos) da teoria econômica não só no sentido de explicar o comportamento dos agregados macroeconômicos como uma resposta de indivíduos racionais a um certo arcabouço político-institucional, mas também como tentativa de explicação das mudanças do próprio ambiente político e de política econômica:

Nowadays we require an analysis not only of the maximizing decisions of private agents subject to the policy regime they face, but also of the forces determining that policy regime. The wheel has come full circle: macro must now embrace micro and political economy much as it did in classical days of yore. The difference from then, of course, is that our tools have become more powerful, owing to the heavy use of mathematics, statistics and the computer (MINFORD, 1997, p. 124).

A despeito desse movimento de recuperação encabeçado por, entre outros, Robert Lucas, parece que, ao menos no discurso, nunca tenha sido abandonada a pregação acerca da importância do individualismo metodológico dentro do neoclassicismo. Ao mesmo tempo, o novo-classicismo e o novo-keynesianismo continuam a compartilhar com seus predecessores a dificuldade de construir explicações baseadas apenas no comportamento individual maximizador, o que mostra certa esterilidade em seu discurso. Como procura argumentar Arrow (1994), apesar de explicações baseadas no comportamento individual serem consideradas o alicerce de qualquer explicação econômica razoável, na prática conceitos e categorias sociais externas aos indivíduos estão presentes e são necessárias em qualquer análise econômica. Em suas palavras, “a close examination of even the most standard economic analysis shows that social categories are in fact used in economic analysis all the time and they appear to be absolute necessities of the analysis, not just figures of speech that can be eliminated if need be” (ARROW, 1994, p. 1). De forma mais geral, Leonard fala da percepção generalizada do descolamento entre o que é pregado como bom trabalho científico em economia e o que, na realidade, os economistas fazem, quando diz que “[f]ew working the history of economic thought/methodology furrow believe that contemporary economic practice heeds methodological preaching” (LEONARD, 2001, p. 115), assim como Blaug (*apud* PRADO, 1989, p. 232) que escreve que “o que está errado é que os economistas não praticam o que pregam”. A constatação desse comportamento, qual seja, o de que “[o]s economistas, como fariseus, reverenciam a doutrina, mas não a praticam” (MONTEIRO, 2003, p. 211), tem dado força ao crescimento da abordagem da retórica, ligada

be done, but there is an exciting sense of real progress in the enterprise, and I am full of hope” (LUCAS, 1987, p. 107-108).

sobretudo a McCloskey, como forma de se compreender como se dá o movimento da disciplina Economia e a solução de controvérsias entre seus praticantes.

Após esta seção introdutória, na seção 2 procuraremos estudar brevemente a origem do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na Economia. Na seção 3, passaremos a examinar a construção teórica chamada de homem econômico. Após, a seção 4 procurará esclarecer a distinção entre individualismo metodológico e individualismo ontológico, explicitando que a aceitação de um não implica necessariamente a aceitação do outro. Na seção 5 passaremos a buscar compreender como um dos principais pensadores liberais do século XX, o economista J. M. Buchanan, entende por individualismo, em especial no que se refere a seu papel na Economia. Por fim, a seção 6 traz as considerações finais.

2) A entrada do individualismo no pensamento econômico

O individualismo, em certo sentido, é um fruto da modernidade. A emergência do indivíduo como entidade autônoma na filosofia ocidental deve ser vista como um processo de reação à submissão individual ao coletivo ou a entidades hierarquicamente superiores, em particular no pensamento cristão medieval. O indivíduo aparecia apenas como uma peça numa engrenagem superior que deveria ser fortalecida e engrandecida, ainda que à custa daquele. Nas palavras de Louis Dumont, “[d]entre as grandes civilizações que o mundo tem conhecido, o tipo holístico de sociedade tem sido esmagadoramente predominante; de fato, isto parece ser a regra, sendo a única exceção a nossa sociedade moderna e seu tipo individualista de sociedade” (*apud* SOUZA, 1995, p. 2).

Segundo Davis (2003, cap. 1), o conceito moderno de indivíduo surge a partir da visão de Descartes de um ente que se identifica com sua razão, isolado do mundo material que o cerca. Esse isolamento surge a partir do processo de dúvida cartesiana, o abandono de todas as certezas até chegar à única inegável: “*Cogito ergo sum*” – “Penso, logo existo”, axioma a partir do qual passa a deduzir consequências irrefutáveis e que não podem ser objeto de engano por parte de seus sentidos. Isso indica, coloca Davis, que o indivíduo pode ser “desconectado” do mundo material – o que, com Locke, passa a ser uma capacidade de acessar o mundo de forma objetiva, sem o intermédio de valores subjetivos, implicando que se podem descartar as influências

externas como a cultura, pressões sociais, padrões comportamentais para se buscar, livremente e de forma consciente e deliberada, a verdade e o aumento da felicidade⁴.

Para Davis, o que caracteriza a visão cartesiana de indivíduo como moderna é a possibilidade que se abre para o progresso científico, na medida em que o mundo, agora visto como um mecanismo de causa e efeito, passa a ser inteligível ao homem desengajado socialmente e de seus sentidos, identificado com sua razão pura e capaz de formar ideias claras e distintas e, a partir daí, raciocínios certos para compreender (e controlar) o mundo que o rodeia. Mais do que isso, o ideal cartesiano vai encontrar em Hobbes a tentativa de aplicação do método científico ao mundo social e político (ou, talvez possamos dizer, a conexão entre teoria do conhecimento e teoria política ou social). Hobbes possivelmente foi o primeiro a fazer a aplicação direta do método cartesiano às ciências sociais.

Como argumenta Guimarães (1996), Hobbes escreve no sentido de buscar fundamentar **racionalmente** a obediência ao poder político estabelecido, a partir do estudo do homem (individual) “como ele realmente é”, dotado de paixões que determinam seus objetivos (em particular a continuação da vida) e da razão (que indica o meio, no caso, o contrato social e a obediência). Em outras palavras, Hobbes parte da análise da natureza individual, feita de paixões e razão, para deduzir, por uma espécie de agregação, a necessidade da obediência ao poder político, de forma a se evitar que a incerteza em relação ao comportamento de outrem torne racional a antecipação da violência como medida de auto-defesa. Daí Guimarães colocar, a

⁴ No pensamento moderno, progresso científico e material e aumento da felicidade humana estão intimamente conectados, a ponto de se poder dizer que o iluminismo, na verdade, prometeu falsas esperanças ao mundo ocidental. Fonseca (2003, p. 30) coloca na boca de um de seus personagens: “[e]ntre as crenças que povoavam a imaginação e a visão de futuro iluminista, uma em particular revelou-se problemática: a noção de que os avanços da ciência, da técnica e da razão teriam o dom não só de melhorar as condições objetivas de vida, mas atenderiam aos anseios de felicidade, bem-estar subjetivo e realização existencial dos homens”. Deixando de lado a visão Austríaca de utilidade como um conceito estritamente ordinal, notamos que na teoria econômica contemporânea há uma extensa controvérsia, que nem de longe parece se aproximar de um consenso, sobre a relação entre elevação da renda *per capita* e aumento da felicidade subjetiva reportada pelos indivíduos de determinada amostra (ver, por exemplo, CLARK *et. al.*, 2008, GARDES e MERRIGAN, 2008). Nessa linha de pesquisa, o “paradoxo de Easterlin” se refere à falta de correlação temporal, numa análise agregada, entre níveis de felicidade e o crescimento da renda real nos países ocidentais no período pós-guerra. Tal “paradoxo”, uma vez constatado, deu origem a uma família de estudos na mesma linha, segundo a qual elevações da renda disponível acima de certa “linha de subsistência” parecem deixar de ser fonte relevante de incrementos na felicidade; a hipótese explicativa do próprio Easterlin é que os indivíduos levam mais em conta sua renda relativa aos demais membros da comunidade do que sua renda real absoluta (cf. GARDES e MERRIGAN, 2008). Outra família de estudos, contudo, procura qualificar tais resultados já que, numa análise *cross-section* com menor nível de agregação, famílias com nível de renda maior reportam maior nível de bem-estar que outras de um mesmo país, ou, numa análise de painel, estudos relatam que a felicidade de um indivíduo marcado aumenta conforme lhe sejam dados aumentos em sua renda (CLARK *et. al.*, 2008).

respeito do pensamento hobbesiano, que “[s]e as paixões afastam (cegam), cabe à razão o papel de unir, de gerar o consenso”. (GUIMARÃES, 1996, p. 147), Em especial a razão de um indivíduo, o soberano, garantiria a paz e a prosperidade do povo. Por isso Hobbes não coloca limites à ação do soberano, já que sua razão associada ao seu auto-interesse tratariam de garantir que fossem aplicadas as regras mais corretas à comunidade (cf. GUIMARÃES, 1996).

Hobbes está preocupado em encontrar de que maneira a sociedade individualista pode existir; encontra no Estado construído e administrado racionalmente a resposta. O Estado então, é que garante a **sociabilidade** benéfica, estável e previsível, em contraposição à guerra de todos contra todos que existe quando ele não está presente.

Cumprir destacar que razão, em Hobbes, possui um significado especial. Está além da capacidade de distinguir um desígnio ou propósito para o universo ou para a moral. “[A] razão hobbesiana é a razão moderna, matemática e condicional, que parte de definições precisas e deduz paulatinamente as conclusões” (GUIMARÃES, 1996, p. 147).

De acordo com Davis (2003, p. 4), a grande contribuição de Descartes ao pensamento ocidental foi justamente a cisão do mundo em um subjetivo, interior ao homem, e um objetivo, exterior ao homem, e a compreensão deste através da formação de ideias claras e distintas. O avanço proposto por Locke foi desconfiar da capacidade de formar claras e distintas ideias, garantida por Deus, como sendo apenas opiniões de homens. Com isso, propõe que a construção do conhecimento se dê a partir do rearranjo de ideias simples que advém ao homem através dos sentidos, já que a mente humana nasce como uma folha em branco pronta a ser preenchida. A permanente recombinação de ideias simples proporciona a construção de ideias complexas.

A principal implicação da visão lockeana de conhecimento é que sua construção é, em certo sentido, desenraizada do mundo ao redor, de paixões e de qualquer autoridade superior; o indivíduo passa a ser responsável por construir e avaliar as ideias complexas que detém. A capacidade de julgamento sobre o grau de verdade e correlação ao mundo objetivo de suas ideias faz o indivíduo livre, na medida em que não depende de algum ente superior para garantir seu correto conhecimento e que não será enganado.

Assim, Locke foi além de Descartes no grau de autonomia do indivíduo, ao abrir mão da hipótese de que Deus garantiria a correção das ideias inatas, ou seja, em Locke a existência de indivíduos já não mais requeria a garantia de Deus; agora, ao homem cabe julgar a verdade contida nas ideias simples advindas dos sentidos. Locke também foi além de Descartes ao

estender o individualismo, que no sistema cartesiano se restringia à capacidade de raciocínio e de construção do conhecimento, para a teoria política. Com isso, afirma-se a individualidade sobre qualquer outro poder externo superior. Nas palavras de Davis, “in abandoning innate ideas and reason, and in supposing that individuals had a natural ability to recognize the simple and inalterable ideas of sense experience, Locke effectively made individuals responsible for their own existence” (DAVIS, 2003, p. 5).

Paulani (2005, cap. 1) na tentativa de compreender as raízes do individualismo, destaca a interpretação de Hegel para a modernidade. Hegel, segundo ela, vai encontrar na *subjetividade* e, por tabela, na liberdade, a marca distintiva, o fundamento da época moderna. O termo subjetividade, aqui possui quatro sentidos: individualismo (singularidade particular), direito de crítica (reconhecimento por cada um como legitimação), autonomia da ação (cada um responde por seus atos) e filosofia idealista.

Segundo ainda Paulani (2005, cap. 2), o subjetivismo (e o individualismo) acaba dando algum suporte à filosofia utilitarista, que com Bentham ganha corpo na Inglaterra na virada do século XVIII ao XIX. Em Bentham não existe interesse coletivo, ou melhor, o interesse coletivo é apenas a soma dos interesses individuais, já que é o indivíduo que, de fato, existe, pensa, avalia e deseja, e não entidades coletivas abstratas. Esse deve ser o fundamento de qualquer política governamental⁵. “Para Bentham, portanto, tudo deve partir do *indivíduo concreto*, porque é só ele que de verdade existe” (PAULANI, 2005, p. 39).

Talvez seja correto pensarmos que aí esteja localizada a porta de entrada do individualismo na teoria econômica, ainda que Bentham esteja à margem do *mainstream* da economia política clássica, ao menos no que tange às explicações acerca da teoria do valor, dominada nas primeiras décadas do século XIX pela teoria do valor trabalho de Ricardo.

De acordo com Soromenho (2000), há, na economia clássica, uma permanente tensão entre a busca por explicações a partir do comportamento individual (e daí a possibilidade de vislumbrarmos a economia clássica como fonte do atomismo neoclássico) e a rendição à

⁵ O liberalismo apregoado por Friedman, já no século XX, parece assentar-se sobre fundamentos semelhantes: “[p]ara o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles. O indivíduo tem orgulho de sua herança comum e mantém lealdade a uma tradição comum. Mas considera o governo como um meio, um instrumento – nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor ou um deus para ser cegamente servido ou idolatrado. Não reconhece qualquer objetivo nacional senão o conjunto de objetivos a que os cidadãos servem separadamente. Não reconhece nenhum propósito nacional a não ser o conjunto de propósitos pelos quais os cidadãos lutam separadamente” (FRIEDMAN, 1984, p. 11).

capacidade explicativa a partir das interações entre classes sociais, sem quaisquer referências à capacidade de escolha individual. Foley (2004) defende que os clássicos (Smith, Ricardo e Malthus, e seu crítico, Marx) estavam interessados na articulação e nas interações entre as classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra) numa sociedade capitalista, e não no processo de escolha entre alternativas de um indivíduo genérico. Para isso, na busca deste objetivo, o estudo da dinâmica de relacionamento (possivelmente contraditório) entre as classes, empreendiam a construção de um personagem sabidamente fictício, um representante padrão de cada classe (o capitalista frugal, o trabalhador que consome todo seu salário de subsistência, o proprietário rentista que gasta toda sua renda de forma improdutiva) que nada tinha de comportamento normativo ou racional/hedonista. Também não se preocupavam em somar o comportamento de infinitos representantes de cada classe para obter o comportamento da economia agregada. Vale dizer, o indivíduo, sob esta ótica, só se apresenta como um mero carregador das propriedades distintivas da classe a que pertence.

Já Hayek parecia ver nos clássicos certa confusão entre o real estatuto do individualismo; segundo ele, apenas com Menger foi feita a distinção entre individualismo como princípio moral de um lado, e como princípio metodológico de outro: “[o] que nos autores clássicos da Economia Política permanecia como uma espécie de mistura, um meio-termo entre postulado ético e instrumento metodológico, Menger preferiu desenvolvê-lo sistematicamente neste último sentido” (HAYEK, 1934, p. 12-13).

Particularmente, a propósito de Marx, Souza (1995) divide em três as interpretações sobre o papel do indivíduo na obra do alemão: marxismo estruturalista (de Althusser, que prega a supressão do indivíduo em Marx), analítico (de Elster, que propõe uma espécie de leitura individualista do alemão) e dialético (de Bóris Fausto). Argumenta o autor que n'O Capital, Marx deixa patente a permanente tensão entre estrutura e indivíduo. Sua interpretação remonta à visão dialética de que o pensamento marxista não pode ser classificado nem como holista nem como individualista, na medida em que ainda que veja o homem como sujeito do processo capitalista, não o pode aceitar como livre e autônomo; contudo, ao mesmo tempo, Marx é holista e individualista, já que vê o mundo social como um todo, um processo social a arrastar consigo quaisquer individualidades e subjetividades, meros suportes do capital, seu verdadeiro sujeito, ainda que o homem seja, potencialmente, sujeito, a assumir tal caráter no futuro. Soromenho (2000), explicita que o modo de produção capitalista possui como um de seus traços distintivos,

neste tipo de teorização, a capacidade de promover a ilusão nos indivíduos de que eles são atomizados, entes independentes da estrutura social que os cerca. Tal caráter ilusório coloca-se como parte central na realização e recolocação da lei do valor. Nesta perspectiva, o individualismo como atomismo, no capitalismo, torna-se ferramenta ideológica na medida em que o indivíduo acaba por ver rebatida em sua vontade aquela do capital, que se constitui no real sujeito do capitalismo (cf. SOROMENHO, 2000).

O conceito de valor utilidade e, por tabela, a entrada do homem econômico em cena ganham corpo com Say e os dois Mill e, posteriormente, com a Revolução Marginalista e a consolidação da teoria neoclássica. De fato, Stuart Mill, um dos economistas a se preocupar mais detalhadamente com questões de método⁶, traz uma permanente tensão em seu pensamento acerca da combinação de princípios psicológicos universais e imutáveis e especificidades históricas na formação do comportamento do homem econômico (cf. PAULANI, 2005, cap. 3).

3) Individualismo e homem econômico

O individualismo metodológico é um traço distintivo fundamental na construção da economia neoclássica, a ponto de Monteiro afirmar que o “núcleo do programa neoclássico confunde-se com o individualismo metodológico, atribuindo ao indivíduo racional o papel central na definição dos fenômenos econômicos” (MONTEIRO, 2003, p. 223).

Há dois tipos de construção teórica do comportamento econômico individual na ótica neoclássica, de acordo com Fonseca (1988), seguindo distinção proposta por Lionel Robbins. O primeiro se refere ao chamado homem econômico do tipo psicológico, versão esta que destaca a motivação estritamente egoísta e hedonista de toda ação humana. É erigido, então, um arcabouço que procura deduzir de que forma se dá e quais as consequências da interação de vários indivíduos agindo dessa maneira. O resultado é a emergência de uma ordem espontânea capaz de gerar resultados benéficos não planejados a partir de desejos egoístas. Esse tipo de hipótese acerca do “homem econômico” já não é a predominante, a despeito de ter marcado, sim, o trabalho de economistas centrais na história do pensamento econômico, como Edgeworth, Jevons e os teóricos da linha de pesquisa sobre o equilíbrio geral tradicional.

⁶ Monteiro (2003) afirma que Nassau Senior já se ocupara com a discussão acerca do método da jovem ciência.

Ao longo de boa parte da história do pensamento econômico, a adesão ao individualismo metodológico⁷ esteve atada tanto ao entendimento do homem, ao menos no que interessa a fins analíticos, como imutável em sua natureza egoísta e maximizadora de um lado, e, de outro, à busca por uma teoria econômica e social que se assemelhe à precisão, ao rigor e à generalidade das ciências naturais. Sintomaticamente, Edgeworth chega a afirmar que “pelo menos a concepção do Homem como uma máquina de prazer [pleasure machine] poderá justificar e facilitar o emprego de termos da mecânica e raciocínio matemático na ciência social” (*apud* FONSECA, 2003, p. 194).

A segunda versão da explicação neoclássica do comportamento econômico é a do “homem econômico de tipo lógico”. Aqui, abre-se mão do princípio do egoísmo e do hedonismo desenfreado para se colocar ênfase sobre a racionalidade da escolha, a maneira (racional) de se alcançar determinados fins, independente de quais sejam. Nessa ótica, por definição o indivíduo busca seu interesse-próprio, independente de qual seja ele, e atinge a maximização de sua utilidade subjetiva, inclua ela, ou não, a felicidade de terceiros, o progresso da nação, a preservação da natureza, etc. Monteiro, ao advogar que o individualismo metodológico entendido como teorização a partir do comportamento racional individual é traço marcante do núcleo do programa de pesquisa neoclássico, deve ter em mente o homem econômico de tipo lógico, já que, de acordo com ele, “a racionalidade instrumental, identificada com a capacidade de um indivíduo escolher o melhor curso de ação para satisfazer seus objetivos, é a forma de racionalidade mais aceita” (MONTEIRO, 2003, p. 223). Já Dequech (2007-08), identifica a escola neoclássica por três características, sendo uma delas precisamente a racionalidade entendida como maximização da utilidade⁸.

Robbins parece associar o homem econômico de tipo lógico a uma espécie de resgate da visão dos economistas clássicos sobre a motivação e o comportamento econômico individual, após a mal sucedida tentativa de explicação pelas primeiras gerações de neoclássicos, com uma visão demasiado estreita sobre o significado de interesse próprio. Ao falar sobre a posição dos clássicos, em particular Smith, a favor do livre comércio e a crítica ao mercantilismo, ele ressalta:

⁷ J. A. Schumpeter, ao que consta, foi o primeiro a utilizar o termo “individualismo metodológico”, em um artigo de 1908 (cf. DAVIS, 2003, p. 35; HODGSON, 2007, p. 212).

⁸ As demais são a centralidade dada aos estados de equilíbrio e a rejeição de incerteza de tipo forte, notadamente o que o autor (e. g. Dequech 2011) chama de incerteza fundamental.

[É] dada ênfase à desejabilidade de utilizar o mecanismo da produção para a poderosa e ubíqua força do interesse pessoal, não necessariamente o egoísmo: interesse pessoal significa interesse do indivíduo e do círculo íntimo para o qual ele reconhece, espontaneamente, ter obrigações. Nenhuma força existente é tão forte quanto esta (ROBBINS, 1972, p. 30)⁹.

Nas palavras de Fonseca, sob essa visão “[o] ‘homem econômico’ racional é aquele que age de modo apropriado, i.e., maximiza a satisfação de suas preferências, sejam elas as de uma Madre Tereza ou Xuxa, Sócrates ou Gerson”. Segundo Robbins (cf. FONSECA, 1988), este tipo de visão estaria mais próxima do ramo austríaco da revolução marginalista, especialmente com Menger e, posteriormente, Böhm-Bawerk, que do ramo britânico (com Jevons).

Ferreira (2003) percebe que o conceito neoclássico de indivíduo implica, na verdade, a sua própria negação enquanto detentor de livre agência e capacidade de escolha, na medida em que sua ação é sempre univocamente determinada pelo critério de maximização das utilidades subjetivas, de modo a garantir o alcance do ponto de equilíbrio ótimo do sistema econômico:

[N]esse paradigma, não há espaço para tomada de decisão dos agentes. O sistema só existe para um ponto, o ponto de equilíbrio. Fora dele, os indivíduos não possuem sentido algum. Os agentes, nesse construto, não são dotados de 'free will'. Na verdade, então, o que há na teoria ortodoxa é um 'holismo metodológico', em que apenas se identificam os indivíduos uma vez atingido o ponto de equilíbrio (FERREIRA, 2003, p. 47).

Prado consegue captar a questão sobre o uso do homem econômico e a pregação sobre o método dos economistas:

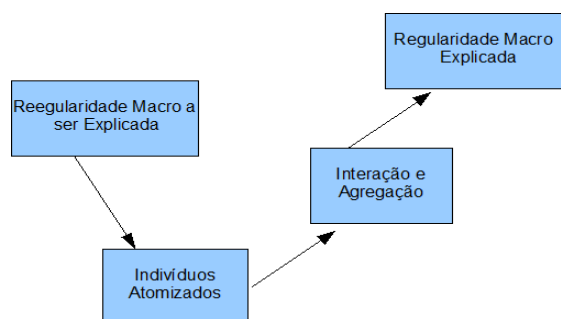
Tal racionalidade maximizadora é vista como atributo essencial do homem; é o que sustentam – ainda que não do mesmo modo – muitos autores de Mill a Robbins e mesmo depois deste último, ainda que mais raramente. Nesse caso, o indivíduo maximizador é tomado como a unidade última do sistema econômico, supondo-se implícita ou explicitamente que as origens de todos os fenômenos sociais devem ser e só podem ser encontradas nas decisões e ações dos átomos que formam a sociedade (PRADO, 1989, p. 122).

Como bem colocam Prado (2006) e Belluzzo (2000), no tratamento convencional do homem econômico e do individualismo metodológico/atomístico tal qual propalado pela corrente dominante na teoria econômica (que Prado, 2006, chama de microeconomia reducionista), os agentes são ligados exclusivamente por nexos externos a eles; as estruturas que se formam não podem ser tratadas como detentoras de propriedades exclusivas a si, que não se reportem

⁹ A citação de Robbins, a nosso juízo, pode explicitar que a distinção entre as interpretações do homem econômico pode ser colocada nos termos propostos por Dequech (2008); assim, o homem econômico do tipo lógico pode ser visto como combinando diferentes lógicas de ação, como a da família, a cívica e, claro, a do mercado, ao passo que o homem econômico do tipo psicológico destaca apenas a lógica de mercado como constituidora do interesse privado e, assim, motivadora da ação humana. Nesse sentido, a explicação de tipo lógica se torna um caso mais geral que a de tipo psicológica.

imediatamente à ação dos indivíduos agregados. Mais do que isso, a relação entre indivíduos e estruturas supra-individuais é unidirecional: dos indivíduos para a estrutura. Os átomos isolados atuam no sentido de interagirem com seus iguais já dotados com suas propriedades imutáveis (ao menos no que se refere aos resultados de sua própria ação/contato), e não recebem influência no sentido contrário. Isso implica também que o resultado de suas interações ou lhes seja plenamente conhecido, ou que em nada afete seus planos ou suas preferências.

Vejam o diagrama explanatório proposto por Prado (2006):



Note-se que o método reducionista inicia sua análise através da decomposição do fenômeno agregado em indivíduos atomizados, a unidade última e independente de explicação. A partir das propriedades intrínsecas e independentes de tais átomos, deduz-se unidirecionalmente o comportamento regular e o resultado de sua interação, agregando-se tais resultados de modo a se obter, novamente, a representação do fenômeno agregado, agora explicado. Novamente: o sentido é único, e não há propriedades que não sejam explicadas a partir das características trazidas e comunicadas pelos átomos. Por isso Soromenho (2000) escreve que o atomismo, a ausência de qualquer explicação causal de ordem supra-individual, possui uma dupla representação na economia neoclássica do equilíbrio geral: ela se reafirma tanto na própria definição do objeto da ciência econômica, a saber, a sociedade formada pela mera agregação de vários átomos que produzem resultados não-intencionais¹⁰, quanto em seu método, qual seja, apreender a sociedade a partir apenas do comportamento dos indivíduos atomizados.

Isso se mostra incompatível, a meu juízo, com os conceitos hayekianos de ordem espontânea e consequências não-intencionais da ação humana. Como se sabe, a ordem espontânea, tão enfatizada por Hayek, surge como resultado não deliberado ou planejado da ação de diversos indivíduos; além do mais, ela possui características que a distingue de meros

¹⁰ No objeto porque, como se encarrega de esclarecer Soromenho (2000), da ciência econômica não se pode afirmar que possui um objeto claramente definido.

agregados de ações individuais, e sobre as pessoas exerce influência cognitiva, informativa e motivacional, de modo a tornar incorreta a visão de influência unidirecional como pregada pela microeconomia reducionista.

O professor Eleutério Prado (2006) propõe, em contraposição à microeconomia reducionista, a chamada microeconomia sistêmica, a tentativa de explicação de fenômenos agregados a partir de indivíduos que são sim influenciados por estruturas que lhes sejam exteriores e detenham características adicionais aos próprios indivíduos.

Como coloca Prado (1989, p. 121-122; 236), a adoção do modelo de homem econômico vem acompanhada da visão de que os indivíduos atomizados, dotados de racionalidade maximizadora, são e devem ser a unidade última de explicação dos fenômenos econômicos; sendo evidente e aprioristicamente verdadeiras as proposições acerca do homem econômico, a partir dele se podem deduzir conclusões irrefutáveis.

4) Individualismo metodológico e ontológico

Numa citação colocada na seção anterior, Prado, ao falar sobre a maneira como é vista uma suposta natureza maximizadora dos homens na teoria convencional, relata que esta visão do homem econômico permeia a obra de muitos autores, “de Mill a Robbins e mesmo depois deste último, **ainda que mais raramente**” (PRADO, 1989, p. 122, grifo meu). Logo em seguida, completa: “[e]ssa perspectiva metodológica, entretanto, como já se sugeriu, perde a hegemonia no âmbito da teoria econômica no correr do presente século; outras alternativas para justificar as realizações científicas nesse campo do conhecimento são, no entanto, engendradas”. Remete, então, a Pareto.

Segundo Prado (1989, cap. 6), Pareto, expoente do cientismo positivista em Economia, prega a clara distinção entre ciência positiva e normativa, colocando-se ao lado da primeira.

O italiano se posiciona também junto aos convencionalistas no campo epistemológico. Para ele, é impossível ao homem conhecer de forma perfeita e completa o mundo e os fenômenos que presencia, tanto pela complexidade do mundo (que não permite facilmente generalizações certas e infalíveis) quanto pela limitação mental e cognitiva humana. Assim, em sua visão, ao cientista não cumpre fornecer explicações ou leis perfeitas e universais, plenamente compatíveis com a realidade objetiva, mas sim simplificações do real, abstrações que permitam captar alguns pontos dos fenômenos observados. “Esse autor explicita que em ciência busca-se simplicidade,

procuram-se construções interessantes que não cobrem e nem pretendem cobrir todas as particularidades do real. Tudo isso pode ser resumido dizendo que as leis, para Pareto, são convenções até certo ponto arbitrárias” (PRADO, 1989, p. 125). Com isso, Pareto conclui que todas as teorias científicas são falsas, na medida em que não representam a realidade existente.

Sob o ponto de vista convencionalista, uma teoria (falsa, já que apenas parcialmente verdadeira) deve ser sempre preferida a outra (novamente: falsa, já que apenas parcialmente verdadeira) na medida em que for mais simples e estiver mais de acordo com os dados objetivos. Remete, enfim, aos fatos concretos como capazes de corroborar uma certa teoria científica.

Paremos por aqui com Pareto. Sua abordagem convencionalista nos deixa a um passo do instrumentalismo friedmaniano. Friedman talvez seja mais explícito na pouca importância conferida ao realismo das teorias consideradas boas. Para ele, pouco importa se a teoria for apenas parcialmente verdadeira ou realista – na verdade, talvez seja melhor que ela seja completamente falsa – desde que consiga fazer boas previsões sobre o mundo objetivo. A simplicidade de uma teoria é relevante no sentido de que ela deve ser aceita com base na capacidade de suas suposições simples explicarem (preverem) uma vasta gama de fenômenos. Quanto mais simples, no sentido de mais desconexa da realidade como percebida, uma suposição for, tanto melhor será a teoria a ela associada, desde que não seja refutada pela observação empírica. No sentido de que, se há dois modelos que sejam aptos a explicarem (produzirem boas previsões) o mesmo fenômeno, aquele que for mais abstrato deverá ser preferido sobre o outro. Na visão de Friedman (1953a), um bom conjunto de hipóteses é aquele apto a explicar “muito a partir de pouco”, um critério que pouco valor dá ao realismo das suposições iniciais, mas sim ao que tais suposições sejam capazes de dizer sobre o efeito no sistema econômico de determinadas alterações exógenas. Friedman escreve:

[T]he relation between the significance of a theory and the 'realism' of its 'assumptions' is almost the opposite of that suggested by the view under criticism. Truly important and significant hypothesis will be found to have 'assumptions' that are wildly inaccurate descriptive representations of reality, and, in general, the more significant the theory, the more unrealistic the assumptions (in this sense) (FRIEDMAN, 1953a, p. 14).

Lucas (1980) explica melhor este ponto. Segundo ele, o único realismo desejável em um modelo é a sua capacidade de fornecer previsões que sejam verificadas na economia real; em outras palavras, um bom modelo deve ser uma imitação da economia real, no sentido de ser capaz

de, no que diz respeito ao comportamento do sistema após certo choque, ser uma imitação da resposta dada por ele:

The more dimensions on which the model mimics the answer actual economies give to simple questions, the more we trust its answers to harder questions. This is the sense in which more 'realism' in a model is clearly preferred to less. (...) A 'good' model, from this point of view, will not be exactly more 'real' than a poor one, but will provide better imitations (LUCAS, 1980, p. 697).

Interessa-nos aqui a pouca importância do realismo das hipóteses presentes na metodologia da economia positiva de Friedman. Em particular, como coloca Prado (p. 161-162), Friedman apregoa o comportamento maximizador e racional dos agentes econômicos. Isso, porém, de modo algum implica que ele enxerga a realidade assim. Ao contrário, ele vê pessoas e firmas agindo “**como se**” (“*as if*”) maximizassem, sob certa restrição, sua utilidade ou seu lucro.

A adoção da hipótese de agentes maximizadores racionais só se explica por poder ser facilmente utilizada em modelos que ofereçam boa capacidade de predição. Isso marca, em Friedman, uma importante clivagem: ele enxerga, no campo metodológico, como útil a adoção do homem econômico; contudo, isso não implica qualquer adesão a ele no campo ontológico. Como bem diz Prado, “parece claro que para ele teoria alguma pode ser avaliada quanto à verdade ou à falsidade por introspecção. Ele não aceita, ademais, qualquer possibilidade de fundamentação da teoria em sentido ontológico, de sua correspondência ou fidelidade à natureza da coisa” (PRADO, 1989, p. 161).

Essa é uma mudança, a meu ver, central na construção de teorias e na visão de mundo dos economistas. Autores como Bentham e Stuart Mill, por exemplo, sinceramente viam o indivíduo concreto como detentor de uma certa natureza, uma tendência à maximização e à racionalidade¹¹. Agora, hipóteses como essa já não fazem nenhum sentido enquanto expressão real das motivações e ações humanas; são apenas suposições (como quaisquer outras, inclusive opostas se se quiser) que podem servir à construção de modelos de previsão da realidade econômica, e o homem econômico deixa de ter seu espaço enquanto pretensa descrição da realidade¹².

Tal ponto nos remete a uma ambiguidade levantada por Hodgson (2007) no uso do termo “individualismo metodológico”: ele se refere a realidade social ou a explicação social? Em outras

¹¹ “Para Mill, um atomista sociológico, o intento maximizador que atua e aparece na esfera do comportamento econômico (...) é algo da essência humana. Este modo de pensar fora já, porém, deixado para trás pela ciência econômica positiva” (PRADO, 1989, p. 161).

¹² Cabe ressaltar que, apesar de Lisboa (1997, 1998) fundamentar e remeter a atitude neoclássica sempre ao método positivista de Friedman, certamente ele não é, nem de longe, consenso mesmo entre aquela escola (cf. PRYCHITKO, 1995).

palavras: o individualismo propalado pelos economistas é metodológico ou inclui também um lado ontológico?

De acordo com Hodgson (2007), os economistas costumam confundir a pregada doutrina de explicações a partir do comportamento individual com a suposta existência de indivíduos livres e autônomos na realidade objetiva¹³. O autor, porém, argumenta que a adesão ao individualismo metodológico não implica a adesão a alguma espécie de individualismo ontológico, tanto que, segundo ele, diversos individualistas metodológicos aceitam que o mundo real não é composto apenas por indivíduos, mas também por instituições e estruturas sociais.

Essa primeira ambiguidade acerca do individualismo metodológico pode levar, a nosso ver, a outra também levantada por Hodgson (2007): a adesão ao individualismo metodológico implica a aceitação de explicações em termos **exclusivamente** do indivíduo, ou **também** em termos do indivíduo?

Esta é uma importante distinção que leva Hodgson (2007) a propor uma versão mais abrangente do individualismo metodológico: um teorema “popular” que afirma que explicações a partir dos indivíduos devem envolver também as interações entre estes indivíduos. A partir daí, estamos a um passo de aceitar explicações em termos de estruturas criadas a partir das ações individuais, o que gera o problema, segundo Hodgson, de ser questionável a validade da utilização do termo “individualismo metodológico”, que passa a soar quase como um mantra sagrado aos ouvidos dos economistas.

Expoente do pensamento liberal de um lado, e defensor do individualismo metodológico por outro, Hayek rejeita a posição atomista segundo a qual a adoção do individualismo metodológico implica a existência de indivíduos isolados dotados de racionalidade substantiva. Ao endossar a visão do individualismo ligado ao iluminismo escocês acerca da natureza do

¹³ Hodgson (2007) afirma que, dentro da tradição Austríaca, onde o individualismo metodológico é tido como fundamento para a construção de teorias, Schumpeter via claramente a distinção (lógica e normativa) entre individualismo metodológico e individualismo político (cf. HODGSON, 2007, p. 212-213). Mises, por seu turno, confundiria individualismo metodológico com ontológico, ao passo que Hayek, declarado seguidor do individualismo metodológico, não aderiria a algum tipo de individualismo ontológico. Assim, na interpretação de Hodgson, para Hayek “society consists not merely of individuals, but also of interactions between individuals, plus interactions between individuals and other aspects of their environment including, presumably, both the natural world and other socio-economic systems” (HODGSON, 2007, p. 215). Já Buchanan e Tullock alertam para a distinção entre individualism normative e metodológico: “[m]ethodological individualism should not be confused with ‘individualism’ as a norm for organizing social activity. Analysis of the first type represents an attempt to reduce all issues of political organization to the individual’s confrontation with alternatives and his choice among them. (...) By contrast, ‘individualism’ as an organizational norm involves the explicit acceptance of certain value criteria” (BUCHANAN e TULLOCK, 2004, p. xxii).

homem, Hayek afirma que, nos escoceses, o homem estava longe de ser o maximizador frio e calculista como o homem econômico da teoria neoclássica; ao contrário, procura enxergar o ser humano como muito mais propenso ao erro, às misérias e ao vício do que às virtudes da racionalidade:

Perhaps the best illustration of the current misconceptions of the individualism of Adam Smith and his group is the common belief that they have invented the bogey of the ‘economic man’ and that their conclusions are vitiated by their assumption of a strictly rational behavior or generally by a false rationalistic psychology. They were, of course, very far from assuming anything of the kind. It would be nearer the truth to say that in their view man was by nature lazy and indolent, improvident and wasteful, and that it was only by the force of circumstances that he could be made to behave economically or carefully to adjust his means to his ends (HAYEK, 1946, p. 11).

É justamente por isso que surge a necessidade premente da existência de um arcabouço institucional que consiga extrair uma ordem benéfica a partir do comportamento de indivíduos imperfeitos com planos geralmente contraditórios entre si. Tal posição do austríaco, aliás, encontra-se em plena consonância com suas pesquisas que viriam a ser feitas acerca do papel das instituições nas sociedades capitalistas, que vão muito além do mero papel informativo. Na visão endossada por Hayek, boas instituições são aquelas que conseguem induzir o homem a colaborar em suas atividades cotidianas, de forma livre e por sua própria vontade, mas possivelmente inconscientemente, para a melhoria da situação de toda a comunidade. Acha no regime de propriedade privada tal sistema institucional¹⁴.

A adoção do individualismo enquanto atomismo implica, segundo o austríaco, na completa inadequação de respostas científicas a questões envolvendo a sociedade e os indivíduos que nela vivem¹⁵. O método individualista nas ciências sociais, ao invés de propor explicações baseadas em indivíduos tidos como entes externos ao todo social, busca compreender a sociedade a partir de indivíduos que por ela são afetados de diversas maneiras. A relação, ao invés de unidirecional como no caso do atomismo ou do holismo metodológico, é bidirecional: os indivíduos formam a sociedade, e é só a partir deles que se pode compreendê-la; contudo as explicações seriam demasiado limitadas se ignorassem o fato óbvio de que o produto de suas ações, as estruturas sociais, ajudassem a determinar as próprias ações individuais. Em outras palavras: Hayek rejeita

¹⁴ “The chief concern of the great individualist writers was indeed to find a set of institutions by which man could be induced, by his own choice and from the motives which determined his ordinary conduct, to contribute as much as possible to the need of all others; and their discovery was that the system of private property did provide such inducements to a much greater extent than had yet been understood” (HAYEK, 1946, p. 12-13).

¹⁵ “[T]he belief that individualism postulates (...) the existence of isolated or self-contained individuals (...). If that were true, it would indeed have nothing to contribute to our understanding of society” (HAYEK, 1946, p. 6).

aquilo que Prado (2006), como colocado acima, chama de “microeconomia reducionista”, na medida em que, para ele, os indivíduos não podem ser entendidos enquanto agentes em ação se não for levada em conta as profundas influências que estes sofrem dos resultados de suas próprias ações e das ações de seus pares, as estruturas supra-individuais não plenamente percebidas ou compreendidas, que surgem como consequências não intencionais da ação humana¹⁶.

Deve ficar claro que a rejeição da microeconomia reducionista não implica, em sentido algum, a rejeição do individualismo metodológico por Hayek, como parece entender o professor Eleutério Prado (2006)¹⁷. O austríaco se preocupa em explicitar que, ao afirmar que existem instituições e outros resultados da ação humana que estejam fora da esfera individual e que a direção de influência é dupla, não aceita que haja tais estruturas com uma espécie de existência que prescindia dos próprios indivíduos. Colocando de outra forma, Hayek (1946) não nega a existência de estruturas supra-individuais que exerçam forte influência sobre o comportamento individual; contudo, tais estruturas não podem ter uma existência autônoma aos indivíduos que deram a ela origem; o contrário, contudo, pode ser, a princípio, verdade. Após explicar o estatuto possuído pelo individualismo metodológico em sua teoria, rejeitando o atomismo, ele afirma que “[t]his argument is directed primarily against the properly collectivist theories of society which pretend to be able directly to comprehend social wholes like society, etc., as entities *sui generis* which exist independently of the individuals which compose them” (HAYEK, 1946, p. 6).

4) Buchanan, a justificativa individualista e o correto uso do homem econômico

Os economistas usualmente apregoam o individualismo, entendido como liberalismo, enquanto modo ideal de funcionamento da sociedade. Se forçados a pensar no fundamento dessa defesa, de acordo com Buchanan (1991), os economistas penderão para um individualismo epistêmico, que apregoa que o indivíduo deve ser livre por dispor de conhecimento privilegiado para decidir o que é melhor para si mesmo. Essa é a transposição da existência, na teoria microeconômica, de um mapa de curvas de indiferença que refletem a disposição do indivíduo em trocar certa cesta de bens por outra, sem que se altere a utilidade derivada da fruição destas

¹⁶ “[B]y tracing the combined effects of individual actions, we discover that many of the institutions on which human achievements rest have arisen and are functioning without a designing and directing mind (...). [T]he spontaneous collaboration of free men often creates things which are greater than their individual minds can ever fully comprehend” (HAYEK, 1946, p. 6-7).

¹⁷ “A microeconomia sistêmica não é compatível com o individualismo metodológico, ainda que haja autores dispostos a sustentar que este último pode ser enxergado de um modo alargado que abre espaço para a determinação institucional das ações e decisões individuais” (PRADO, 2006, p. 310).

cestas. O indivíduo maximiza sua utilidade ao escolher uma determinada cesta de bens que esteja dentro do conjunto permitido por restrições naturais, orçamentárias, institucionais, etc. Na interpretação usual dos economistas, a utilidade ou o quer que seja que os indivíduos maximizem, é algo real, que existe na mente das pessoas de modo independente da própria escolha; a escolha, em certo sentido, é automática, na medida em que as preferências estão dadas na mente do indivíduo, e as restrições são colocadas pelo estado de mundo. Com isso, torna-se, a princípio, possível julgar se a escolha feita pelo indivíduo é correta – se ela maximiza a função utilidade dadas as restrições existentes.

O individualismo normativo epistêmico de que fala Buchanan (1991) está baseado nessa ontologia em que a utilidade possui uma existência por si mesma, analiticamente anterior, separada e independente do processo de decisão e escolha. Nessa concepção, o individualismo normativo se baseia na suposição de que o indivíduo dispõe do privilégio de saber melhor do que qualquer um qual é, digamos, a função utilidade que está em sua mente, e que o modo de organização social e as instituições típicas de uma sociedade liberal são desejáveis justamente por aumentarem bastante o leque de possibilidades de escolha individual de maneira que seja aproveitada essa vantagem epistêmica.

Essa defesa epistêmica da sociedade liberal individualista é, no entanto, insuficiente, argumenta Buchanan (1991). Ele fala de ao menos três objeções que se levantam: a do paternalismo benevolente¹⁸, que argumenta que o indivíduo, por possuir conhecimento limitado, não sabe o que é melhor para si, ao menos não tanto quanto *experts* educados e treinados; a do socialismo científico, que desloca a ênfase sobre a decisão individual para dar importância ao destino coletivo e aos valores sociais, que existem independentemente dos indivíduos; e, finalmente, o idealismo político, que entende que instituições que ampliem as possibilidades de escolha individual podem levar ao comportamento primitivo, bárbaro, animalesco, valorizando,

¹⁸ Rizzo e Whitman (2009) distinguem entre velho e novo paternalismo. Na interpretação dos autores, a versão antiga do paternalismo, ainda apegada ao padrão ético religioso, ignora as preferências individuais, e simplesmente procura impor o que o *policymaker* concebe como bom e correto ao comportamento individual. Por outro lado, no novo paternalismo, que ganha força especialmente com o advento da economia comportamental, é reconhecido o valor das preferências subjetivas dos indivíduos, e a formulação de políticas deve ser feita na direção de auxiliar os indivíduos, dotados de racionalidade limitada, a alcançar seus próprios objetivos. O exemplo dado pelos autores é o de um alcoólatra: o velho paternalismo procura impedir a ingestão excessiva de álcool por considerá-la como atitude moralmente incorreta, ainda que o indivíduo não saiba, enquanto o novo paternalismo propõe políticas públicas que ajudem o indivíduo, com insuficiente força de vontade e disposição, a alcançar o que é melhor para si de acordo com seu próprio padrão.

então, a existência de instituições que valorizem e promovam a ação individual conforme critérios éticos, metafísicos ou estéticos pré-definidos.

Buchanan (1991) se levanta contra a fraqueza do individualismo normativo epistêmico. Afirma não concordar com a ontologia em que há uma função utilidade independente da própria escolha, apenas à espera da restrição objetiva para fornecer o ponto que o indivíduo deve escolher. *Au contraire*: o que existe, diz ele, são apenas as escolhas feitas pelos indivíduos, e é sobre elas que os economistas devem teorizar. Não existe, por assim dizer, um privilégio epistêmico que garanta ao indivíduo maior conhecimento de sua própria função utilidade, assim como não se pode julgar como corretas ou não, segundo algum critério de maximização ou conforme conhecimento posterior, as escolhas feitas por ele. O indivíduo que escolhe se insere num processo de interação de diversos agentes entre si e com a natureza ao longo do tempo, processo de retro-alimentação que faz surgirem restrições, limites e conhecimento novo importantes à ação e à própria escolha individual.

Dessa forma, o individualismo liberal normativo de Buchanan está assentado não sobre o conhecimento da própria função utilidade por parte do indivíduo, mas sim sobre a posição acerca da origem do poder a partir exclusivamente dos indivíduos. Eles são os soberanos sobre a questão de qual forma de organização política e social irão viver, e é a partir deste princípio, da adesão e aprovação por parte dos indivíduos, que a legitimidade dos corpos institucionais em sentido amplo devem ser avaliados; Como se sabe, sua abordagem constitucionalista é classificada pelo próprio Buchanan como adepta da visão contratualista – ainda que o contrato social seja entendido, para ele, como uma metáfora que se presta a legitimar e a guiar o futuro do que um fato historicamente verdadeiro¹⁹. A adesão ao contratualismo é explicada em Buchanan e Tullock (2004, caps. 1 e 2) como a saída intelectual utilizada para se evitar o problema de regressão infinita – como escolher a regra que será utilizada para escolher as regras? Nesse caso, deve-se partir do pressuposto (não necessariamente embasado na realidade histórica) de que a “constituição” (o arcabouço de regras inicial) é construída a partir do critério de decisão por unanimidade entre os indivíduos. Assim, é garantido um critério segundo o qual a constituição promova a melhoria da situação de todos os indivíduos, sem a necessidade de se recorrer a

¹⁹ “Our position is explicitly and avowedly *contractarian* (...). To counter the most familiar and pervasive criticisms of this position, we must note that the contractarian construction itself is used retrospectively in a metaphorically legitimizing rather than historical sense. Prospectively, the model is used in both a metaphorically evaluative and an empirically corroborative sense” (BRENNAN e BUCHANAN, 2000, p. 23).

construções como “interesse nacional” ou “dominação de classe”, ou a valores subjetivos sobre o que é melhor ou pior. O critério, portanto, está assentado sobre a decisão individual sobre qual postura tomar diante de uma determinada regra constitucional proposta, que será apoiada apenas se for entendida pelo indivíduo como benéfica.

Quando se trata de avaliar a utilização do *homo economicus* na teorização econômica, Buchanan mostra lucidez e clareza na exposição de sua interpretação. Em texto escrito em parceria com Geoffrey Brennan (Brennan e Buchanan, 1981), os autores procuram realçar que o construto teórico *homo economicus* deve se prestar como uma ferramenta para a comparação entre arcabouços institucionais – ou, dentro da perspectiva por eles utilizadas, uma espécie de escolha pré-constitucional²⁰ – mais do que como uma boa referência ontológica capaz de descrever bem o comportamento humano, ou ainda como meio de se atender a usual aspiração por precisão nas predições sobre o comportamento individual, entendida como postura científica. Brennan e Buchanan chegam a citar o nome de George Stigler como um economista influente para quem “*Homo economicus* literally does become a man for all seasons, and wealth-maximization becomes the only game in town” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 75).

Na perspectiva defendida por Buchanan e seus seguidores (e. g. Brennan e Buchanan, 1981), ao invés de servir à construção de predições pretensamente científicas e exatas, o homem econômico é apropriado para que o economista possa avaliar comparativamente as diferentes estruturas institucionais que devem servir à coordenação dos diversos participantes da sociedade. Tal posição se deve à interpretação de que o papel da Economia é justamente compreender como é possível que diversas pessoas convivam de forma coordenada, num regime de divisão do trabalho – e, como enfatizava Hayek em diversos trabalhos, divisão do conhecimento – ainda que não exista um comando central.

Deste ponto de vista, o economista, desde Adam Smith, deve buscar entender qual o melhor arcabouço institucional que possa promover a conversão do interesse próprio em benefícios alheios. Nesse sentido, partir de um pressuposto em que os indivíduos não sejam auto-interessados não seria a melhor estratégia para se entender de que maneira se pode estabelecer a

²⁰ Na Economia de Buchanan, Constituição é o termo usado para a plataforma de regras acordada anteriormente ao início às ações características do processo econômico e social; é, digamos, o conjunto de regras do jogo combinadas antes de o jogo começar. O exemplo que Buchanan e Tullock (2004, prefácio) dão é o de um prefácio para um livro escrito de forma conjunta: no prefácio estão descritos o método, os pressupostos e os objetivos do livro pactuados antes de os trabalhos começarem, de modo que cada autor separadamente sabe o que deve realizar para a consecução do objetivo comum.

convivência harmoniosa entre os diversos indivíduos, de maneira a se resolver o dilema hobbesiano entre a vida curta e livre e a vida longa e escravizada (Brennan e Buchanan, 2000, prefácio). Alguém que procure atender aos desejos e anseios de seus semelhantes muito possivelmente conseguirá produzir o bem alheio; nisto não há grande dificuldade para o estudioso da sociedade. O problema econômico surge exatamente em se descobrir como se pode garantir que o bem comum seja trazido à tona mesmo com indivíduos egoístas, um caso extremo.

Brennan e Buchanan explicam sua aplicação do homem econômico de modo claro: “One calls forth the *Homo economicus* assumption, not because it is necessarily the most accurate model of human behaviour but because it is the appropriate model for testing whether institutions serve to transform private interest into public. It is as simple as that” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 81).

Aí reside a real necessidade da existência do homem econômico em Economia. Ao invés de procurar prever o comportamento, ele é um instrumento para que se busque cumprir o propósito que Adam Smith procurava ter ao dar explicações do tipo “mão invisível” e enfatizar a “alquimia” (na expressão de Brennan e Buchanan, 1981) promovida pelo mercado. De fato, segundo os autores, deve ser esse o correto entendimento do uso do homem econômico pela economia política clássica: “[t]he central contribution of the eighteenth-century philosophers lay in their demonstration that, even under strictly *Homo economicus* assumptions about behaviour, public interest is served by the market order” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 84).

A transformação de vícios privados em benefícios públicos entendidos como consequências não-intencionais da ação humana, no conceito consagrado por Hayek, só pode acontecer dentro de um apropriado arcabouço institucional. Procurar compreender qual é esse arcabouço é o papel que Brennan e Buchanan atribuem ao economista, em particular ao adepto da *Constitutional Economics*.

5) Considerações Finais

O artigo procurou apresentar o surgimento do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na Economia à medida que esta se desenvolvia como campo autônomo e maduro do conhecimento humano. Em seguida, vimos diferentes formas de se enxergar a construção do homem econômico em vertentes do pensamento econômico, para, após, entendermos que deve ser feita uma distinção importante entre o estatuto do individualismo, que pode ser entendido

como método ou como ontologia. A última seção foi destinada à interpretação de um dos principais expoentes do pensamento econômico liberal – e do que Boettke chama de *mainline economics*²¹ – para o individualismo, James Buchanan. Este autor possui posição bastante distintas da *mainstream economics*, o que pode permitir ao economista compreender melhor o estatuto que o individualismo corretamente aplicado deve ter em nossa disciplina, bem como o tipo de explicação buscado pelos pais fundadores da disciplina.

6) Referências bibliográficas

- ARROW, K. J. (1994), “Methodological Individualism and Social Knowledge”, **The American Economic Review**, 84(2): 1-9.
- BELLUZZO, L. G. M. (2000), “Prefácio”, in Braga, J. C. S. (2000), **Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo**, Campinas, IE-Unicamp, Coleção Teses.
- BOETTKE, P. J. (2007), “Liberty vs. Power in Economic Policy in the 20th and 21st Centuries”, **Journal of Private Enterprise**, 32(2):7-36.
- BRENNAN, G., BUCHANAN, J. M. (1981), “The Normative Purpose of Economic 'Science': Rediscovery of an Eighteenth Century Method”, in Buchanan, J. M. (2000), **Economic Inquiry and Its Logic**, Indianapolis, Liberty Fund, “The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 12”.
- BRENNAN, G., BUCHANAN, J. M. (2000), **The Reason of Rules: Constitutional Political Economy**, Indianapolis, Liberty Fund, “The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 10”.
- BUCHANAN, J. M., TULLOCK, G. (2004), **The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy**, Indianapolis, Liberty Fund, “The Selected Works of Gordon Tullock, vol. 2”.
- BUCHANAN, J. M. (1964), “What Should Economists Do?”, in Buchanan. J. M. (1999).
- BUCHANAN, J. M. (1991), “The Foundations for Normative Individualism”, in Buchanan. J. M. (1999).
- BUCHANAN, J. M. (1999), **The Logical Foundations of Constitutional Liberty**, Indianapolis, Liberty Fund, “The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 1”.
- CLARK, A. E., FRIJTERS, P., SHIELDS, M. A. (2008), “Relative Income, Happiness, and Utility: An Explanation for the Easterlin Paradox and Other Puzzles”, **Journal of Economic Literature**, 46(1): 95-144.
- DAVIS, J. B. (2003), **The theory of the individual in economics: identity and value**, London, Routledge.

²¹ A *manline economics* é uma linha de pesquisa que Boettke (2007) diz existir ao longo da história do pensamento econômico, e que procura realizar explicações e interpretações para a coexistência pacífica numa sociedade não dirigida centralmente, especialmente através da promoção da “harmony of interests that emerges through the competitive market process” (Boettke, 2007, p. 7).

- DEQUECH, D. (2007-08), “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, **Journal of Post Keynesian Economics**, 30(2): 279-302.
- DEQUECH, D. (2008), “Logics of justification and logics of action”, **Journal of Economic Issues**, 42(2): 527-535.
- DEQUECH, D. (2011), “Uncertainty: a typology and refinements of existing concepts”, **Journal of Economic Issues**, no prelo.
- FERREIRA, A. N. (2003), **Teoria Macroeconômica e Fundamentos Microeconômicos**, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado.
- FOLEY, D. (2004), “The Strange History of the Economic Agent”, **New School Economic Review**, 1(1): 82-94.
- FONSECA, E. G. (1988), **Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Econômico**, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, Texto de discussão.
- FONSECA, E. G. (2003), **Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização**, São Paulo, Companhia das Letras.
- FRIEDMAN, M. (1953a), “The Methodology of Positive Economics”, in Friedman, M. (1953b), **Essays in Positive Economics**, Chicago, University of Chicago Press.
- FRIEDMAN, M. (1984), **Capitalismo e Liberdade**, São Paulo, Abril Cultural, “Coleção Os Economistas”.
- GARDES, F., MERRIGAN, P. (2008), “Individual needs and social pressure: Evidence on the Easterlin hypothesis using repeated cross-section surveys of Canadian households”, **Journal of Economic Behavior & Organization**, 66(3-4): 582-596.
- GUIMARÃES, A. Q. (1996), “Paixão e Razão na Economia Política”, **Nova Economia**, 6(2): 143-174.
- HAYEK, F. A. (1934), “Introdução”, in Menger, C. (1988), **Princípios de Economia Política**, São Paulo, Abril Cultural, “Coleção Os Economistas”.
- HAYEK, F. A. (1946), “Individualism: *True and False*”, in Hayek, F. A. (1948), **Individualism and Economic Order**, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- HODGSON, G. M. (2007), “Meanings of methodological individualism”, **Journal of Economic Methodology**, 14(2): 211-226.
- LEONARD, T. (2001), “Review of Armando C. Ochangco, Rationality in Economic Thought”, **Journal of the History of Economic Thought**, 23(1): 115-117.
- LISBOA, M. B. (1997), “A Miséria da Crítica Heterodoxa - Primeira parte: Sobre as Críticas”, **Revista de Economia Contemporânea**, 1(2): 5-66.
- LISBOA, M. B. (1998), “A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica”, **Revista de Economia Contemporânea**, 1(3): 113-151.
- LUCAS, R. E., Jr. (1977), “Understanding Business Cycle”, in Lucas, R. E., Jr. (1981), **Studies in Business-Cycle Theory**, Cambridge, MIT Press.
- LUCAS, R. E., Jr (1980), “Methods and Problems in Business Cycle Theory”, **Journal of Money, Credit and Banking**, 12(4): 696-715.
- LUCAS, R. E., Jr (1987), **Models of Business Cycles**, Oxford, Basil Blackwell.

- MINFORD, P. (1997), “Macroeconomics: before and after rational expectations”, in Snowdon, B. and Vane, H. R. (orgs.)(1997), **Reflections on the Development of Modern Macroeconomics**, Cheltenham, Edward Elgar.
- MONTEIRO, S. M. M. (2003), “Metodologia da economia e a filosofia da ciência”, in Corazza, G. (org.)(2003), **Métodos da Ciência Econômica**, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- PAULANI, L. M. (2005), **Modernidade e discurso econômico**, São Paulo, Boitempo.
- PRADO, E. F. S. (1989), **Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência**, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Tese de Livre-Docência.
- PRADO, E. F. S. (2006), “Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica”, **Nova Economia**, 16(2): 303-322.
- PRYCHITKO, D. L. (1995), “Introduction: Why hermeneutics?”, in Prychitko, D. L. (org.)(1995), **Individuals, Institutions, Interpretations: Hermeneutics Applied to Economics**, Aldershot, Avebury.
- RIZZO, M. J., WHITMAN, D. G. (2009), “The Knowledge Problem of New Paternalism”, **Brigham Young University Law Review**, 2009(4): 103-161.
- ROBBINS, L. (1972), **Teoria da Política Econômica**, São Paulo, Ibrasa e Edusp.
- SOROMENHO, J. E. C. (2000), “Microfundamentos e Sociabilidade”, **Economia**, 1(2): 185-219.
- SOUZA, A. P. F. (1995), **Fundamentos da Economia: Um Estudo sobre o Conceito de Homem em O Capital**, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.